ASSENTAMENTO 17 DE ABRIL (PA): O (RE)ENCONTRO COM O TERRITÓRIO CAMPONÊS *

Cátia Oliveira Macedo **

Resumo: Este artigo é resultado de uma pesquisa desenvolvida no Assentamento 17 de Abril (Pa) e apresenta o estudo da organização interna dos trabalhadores rurais no referido assentamento, antiga região ocupada por acampamento dos Sem-Terra e alvo do desastroso massacre de Eldorado dos Carajás. Virando a página deste conflito e atentando para o processo mais geral e abrangente da *luta pela terra* no Brasil, este estudo aponta a continuidade da conquista pela terra na mesma localidade, agora tratando da *luta na terra*. A análise está voltada basicamente para as dinâmicas e estratégias de organização do grupo assentado, bem como para a reivindicação de incentivos agrícolas, garantindo a viabilidade econômica do assentamento, articulação política através da estruturação de um projeto de reforma agrária e, por fim, a (re)construção do território camponês.

Palavras-chave: camponês; território; experiência; luta pela terra; modo de vida

---

* Este texto corresponde a uma seção do terceiro capítulo de minha dissertação de Mestrado, Macedo (2001), feitas as devidas alterações para o formato de artigo.

** Doutoranda em Geografia Humana – FFLCH/USP.

1. E SURGE UM ASSENTAMENTO...

A história do Assentamento 17 de Abril (Pa) pode ser delimitada de maneiras diferentes. Pode-se começar relatando o histórico massacre da "Curva do S", próximo a Eldorado dos Carajás, em 17 de abril de 1996. Outra maneira é referirnos a longa trajetória dos camponeses em busca da terra de trabalho e de espaço, para a reprodução de seu modo de vida, que se estabeleceram naquele mesmo lugar. Apesar do apelo jornalístico e factual da primeira, considero a segunda via mais profícua, por permitir-nos adentrar o universo da experiência camponesa local. É o que este texto se propõe. Procurou-se identificar através de uma extensa pesquisa de campo os elementos que permeiam a luta pela terra no Sudeste Paraense bem como suas peculiaridades, a partir da gênese e Formação do MST no Pará. Neste artigo, me debrucei sobre aspectos ligados diretamente ao cotidiano do assentamento, sua vivência, sua organização produtiva, seus conflitos, enfim elementos que nos permitam compreender a dinâmica do reencontro, da reconstrução do território camponês.

O Assentamento 17 de Abril, conquistado pelo Movimento Sem Terra em 1997, localiza-se no município de Eldorado dos Carajás, à margem esquerda da rodovia PA 275, na altura do Km 104 no sentido Marabá - Parauapebas. É composto por 681 famílias, reunindo na sua totalidade aproximadamente 3.000 pessoas.[1] Sua área total resultou da junção das fazendas Macaxeira, Eldorado, Grota Verde, Mucuripe e Ponta Grossa,[2] que somam 17. 846,3034 ha. Estas antigas fazendas que hoje compõem o assentamento fazem parte da região conhecida como o "Polígono dos Castanhais", haja vista a predominância desta espécie de árvores no local.

Ainda no ano de 1996, logo após a morte dos 19 integrantes do MST acampados na fazenda Formosa próximo à curva do "S" em Curionópolis, no episódio que ficou conhecido como o "Massacre de Eldorado dos Carajás", nove grupos de 50 famílias (cada) ocuparam a sede da fazenda Macaxeira. Aproximadamente 200 famílias (sete grupos) ficaram na fazenda Formosa para a colheita da roça coletiva que havia sido plantada no início de 1996. Somente em junho de 1997, após a realização da colheita, estas se juntaram às famílias na antiga fazenda Macaxeira que mesmo ocupada imediatamente ao massacre só seria desapropriada e transformada em projeto de assentamento, em maio 1997, como podemos observar abaixo:

> MST ganha Complexo Macaxeira – (...) Jungmann disse que o governo zerava hoje o débito fundiário com Eldorado dos Carajás. Vai comprar as fazendas Grota Verde e Eldorado e já desapropriou as fazendas Mucuripe e Ponta

---

1 Desde o acampamento na fazenda Santa Lúcia em maio de 1995, quando as 350 famílias aí acampadas se juntaram às 2.000 famílias que começavam um acampamento em Curionópolis, até a ocupação posterior da fazenda Formosa, foram aproximadamente 11 meses de luta.

2 Estas fazendas fazem parte de uma área correspondente ao "Polígono dos Castanhais" e tinham como atividade exclusiva a exploração da castanha.

> Grossa. Aliadas à fazenda Macaxeirinha desapropriada no ano passado as áreas somam 18.000 héctares para o assentamento de 690 famílias (...). 'Em Eldorado fica pendente apenas a justiça; a punição dos responsáveis pelas mortes', afirmou Jungman. (Província do Pará – 17/04/97)

Decerto, o Projeto de Assentamento 17 de Abril possibilitou a estes trabalhadores, agora assentados, o reencontro com a terra de trabalho, através da apropriação de fração do território capitalista aos quais se encontravam ligados na condição de peões, jagunços, diaristas etc. Verifiquei nas entrevistas que um número bem expressivo dos assentados foram empregados nas fazendas vizinhas e um número menor foi empregado nas fazendas que hoje compõem o Assentamento 17 de Abril. Ainda no liame entre o empregado da fazenda, o "sem terra" e o assentado, "proprietário" da sua terra de trabalho, esses trabalhadores vêm reconstruindo suas vidas. Frases como "agora eu tô no céu", "eu não sou mas cativo" repetidas nas inúmeras conversas presenciadas por mim, remetem a isto.

Contudo, o número de famílias hoje acampadas (aproximadamente 3.000)[3] no Sudeste do Pará é a resposta mais eficaz de que a democratização fundiária na região ainda está por se construir. Eldorado dos Carajás é só um exemplo disso. Dados do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 1998) revelam que 60% da área total do município são compostas por grandes latifúndios. Por outro lado, estes mesmos dados nos apontam que, ao mesmo tempo em que cresce o domínio do latifúndio sobre as terras do município, caracterizando uma elevada concentração fundiária, cresce também o número dos imóveis com menos de 100 ha (50 ha em média) que tem como característica fundante a predominância da unidade de produção camponesa.[4]

Visto assim, podemos dizer que a expansão do capital na Amazônia e em particular no Sudeste do Pará não varreu do campo o trabalho familiar, transformando esta região num espaço de relações de produção homogêneas, impondo o trabalho assalariado em detrimento do trabalho familiar. Pelo contrário, desde a ocupação espontânea das terras ditas livres até a ocupação organizada pelas entidades como sindicatos, igrejas e movimentos sociais, como no caso do MST, este número só tem aumentado. Parece-nos que o avanço do latifúndio ao mesmo tempo em que tem conseguido adiar o sonho da terra de trabalho, tem conseguido também acirrar os ânimos dos que fizeram desta trajetória a luta pela garantia de condições necessárias de vida.[5]

---

[3] Estas famílias estavam divididas nos Acampamentos: João Batista (200 famílias), Mártires de Abril (168 famílias), Chico Mendes (100 famílias), Cabanos (200 famílias), Onalício Barros (67 famílias), Valentim Serra (88 famílias) e Cabaceiras (600 famílias). (Dados recolhidos na Secretária do Movimento Sem Terra Marabá/Pará, Dezembro de 1999).

[4] Sobre a teoria de criação e recriação do campesinato no Brasil, ver Oliveira (1991; 1999).

[5] Musumeci (1988, p. 16), nos aponta que os registros de inúmeros conflitos e de alguns casos relativamente bem sucedidos de reação do campesinato ao avanço do latifúndio indicava que embora dominante, tal tendência não era absoluta, e que, nem sempre o "fechamento" se traduzia na completa e irremediável expropriação dos pequenos produtores. Indicava, por conseguinte, a possibilidade de desenvolvimento heterogêneo, descontínuos e contra-

Imediatamente à ocupação da sede da fazenda Macaxeira (junho de 1996), as dificuldades eram muitas. Como já havia passado o período de plantio as famílias lá acampadas ficaram sem roça, dependendo quase que exclusivamente das cestas básicas doadas pelo INCRA e dos alimentos produzidos no acampamento Formosa. As condições de moradia também eram as piores possíveis, não se diferenciando em nada dos barracos do acampamento de onde tinham saído. Nestas condições estas famílias tornaram-se alvos fáceis de doenças como malária,[6] desnutrição e outras. Soube, em visita ao referido assentamento em fevereiro de 2000, que neste período uma criança morreu sem que tivesse tido tempo de chegar na "rua", ou seja, no hospital mais próximo, há aproximadamente 20 km do assentamento.

Estas dificuldades, enfrentadas no início da ocupação do assentamento, fortaleceram o espírito de grupo e os laços relacionais, definiram papéis e o perfil reivindicatório do assentamento. Desde a ocupação da Fazenda "Macaxeira" se organiza a luta pela aquisição de infra-estruturas básicas, tais como, crédito habitação e créditos agrícolas, garantindo assim a fixação na terra por parte dos assentados. Neste momento (final de 1996 e 1997), estes trabalhadores puderam experimentar a vida num espaço onde a terra era um bem comum, fizeram roças coletivas, limparam os ramais, improvisaram espaços que serviriam como salas de aula e locais para a realização das reuniões e assembléias.

Contudo, estas características de acampamento, marcado pela vivência comunitária de caráter totalizante, vão sendo redimensionadas ao longo do processo de formação do assentamento. Observam-se, a partir daí, mudanças significativas na organização social dos assentados. A mudança para a casa na vila e a divisão dos lotes, são os primeiros indicadores dos elementos de socialização ou dissociação do grupo, como veremos mais adiante.

Soube em campo que a liberação de créditos,[7] quase que imediata à criação do P.A[8] ocasionou uma certa desmobilização do grupo. A vida no assentamento não consegue manter a mesma vivacidade do período da luta pela terra, o que dificultou a execução de projetos, como por exemplo, a construção da escola e a finalização da implantação da energia elétrica na vila 17 de Abril.

---

ditórios no bojo do processo mais amplo, aparentemente homogeneizador, de expansão capitalista" no norte do País.

6 Sader (1986, p. 125), aponta esta região como sendo uma das que favorece a transmissão da doença em virtude das condições climáticas e humanas prevalescentes nela. (...) A influência da temperatura é marcante, pois a maturação dos ovos é mais rápida entre 20° a 30° C. "A doença se manifesta por dores de cabeça intensa e calafrios, seguido por febre elevada (40 e até 41° C), suores, fraqueza e abatimento. A partir daí as crises se sucedem a intervalos regulares. O fígado é atingido, e o malariano ficará impossibilitado de trabalhar periodicamente. Há indivíduos que possuem imunidade genética, outros que desenvolvem imunidades após uma série de malárias. Em geral os que não têm, em sua história clínica nenhuma fase de malária benigna sucumbem a malária, pois não contam com defesas em seus organismos".

7 De acordo com a direção do assentamento, esta agilidade na liberação de parte do crédito implantação deve-se ao fato deste Assentamento apresentar-se completamente visado pela sociedade como um todo em virtude do episódio do "massacre de Eldorado dos Carajás".

8 Projeto de Assentamento.

Por conta disso é criada em 1998 a Associação de Produção e Comercialização dos trabalhadores Rurais (ASPECTRA), que vai atuar à frente das negociações com o INCRA, prefeituras e etc, aglutinando mais de 80% dos assentados. Esta associação passa a ter, desde então, um papel moderador frente aos conflitos e disputas internas do assentamento. Em 1999, em virtude destas disputas a ASPECTRA dividiu-se, dando origem a duas associações.[9]

2. OS LOTES E A VILA: "TERRA DE TRABALHO" *VERSUS* "TERRA DE MORADA"

No início de 1998 os assentados receberam o crédito habitação, colocando na ordem do dia a organização espacial do assentamento que, de acordo com a decisão da maioria dos assentados, seria criada uma vila, em detrimento da construção das casas dentro dos lotes. Coletivamente os assentados decidiram o local destinado à praça, às Igrejas, ao campo de futebol, e à organização das ruas, que em homenagem ao mortos no massacre, organizaram a vila em 19 ruas e deram ao assentamento o nome 17 de Abril, data do triste acontecimento. No início de 2000, as ruas ainda não haviam recebido nomes e as casas estavam sem numeração.

Sobre a organização da vila, nos falava seu Marcílio:

> A vila nós tinha umas fita de vídeos que foram feitas de alguns assentamentos feito pelo movimento, inclusive no sul. Aí mostrava a organização que tinha o pessoal, inclusive alguns já tinham até fabricas montadas, já trabalhavam, (...) mexiam com frango, mexiam com alguma coisa. E sempre aparecia a vilinha. Depois o pessoal inclusive dizia, hoje existe a vila por quê? por que existia uma obrigação? Não. Foi uma discussão feita através de estudos que nós fizemo. Através de fitas de vídeo que nós assistimo, que a gente via que dava certo, que a solução era essa, porque tu construir uma casa no teu lote, eu no meu, cada um construir a sua casa no seu lote, cada um vai tá praticamente no seu lote, mas se tu consegue construir uma vila dessa aqui, todo mundo vai tá na vila e vai tá no seu lote ao mesmo tempo". (entrevistado em fevereiro/2000)

A decisão pela criação da vila separada do local de trabalho resultou de discussões e experiências vivenciadas pelo Movimento Sem Terra em âmbito nacional e em particular nos assentamentos do Sul do País. De acordo com Marcílio, Presidente da Associação do Assentamento, a vila possibilitaria uma maior interação entre as famílias, imprimindo neste local o significado da vida em comunidade, bem como facilitaria o acesso à escola, saúde, e organização política por parte dos integrantes do movimento, uma vez que esta concentraria, a escola, o posto de saúde, o salão de reunião, as igrejas, a agroindústria e, neste caso, uma rádio.

---

[9] Em visita aos demais assentamentos ligados ao MST no Pará, soube que a divisão dos grupos em duas associações aconteciam logo após o processo eleitoral. Ou seja, o grupo menos votado criava uma associação a partir daí.

De fato, a construção da vila, em detrimento da construção das casas nos lotes, aparenta de imediato como decisão coletiva. Contudo, no momento em que nossas conversas se prolongavam esta unanimidade ia se desfazendo. Era comum ouvir, "tá muito bom aqui, mas se tivesse no lote acho que pra mim era melhor". Para um número pequeno mas significativo de assentados o dinheiro utilizado na construção das casas, que deu origem à vila, seria muito mais importante se aplicado dentro do lote, ou seja, na construção de infra-estruturas (casa, poço etc.), como exposto abaixo:

> Tamo felizes com a conquista da terra que sempre sonhamos. Mas teria sido melhor se nos tivesse ido direto pra terra (terra). Aqui na vila, tá certo, nos temo uma casa, mas não é só isso. O dinheiro que eu peguei no banco em 1997, não deu pra nada. Plantei uma mandioquinha aqui perto, mas o meu lote ficou meio que abandonado. Este dinheiro agora, vamo construir um barraquinho no lote e se mudar. (Manoel de Jesus, entrevistado em fevereiro/2000)

Esta separação entre o local de moradia e local de trabalho foi pensada por estudiosos preocupados com o processo de ocupação da Amazônia Oriental como característica fundamental no processo de ocupação das ditas "terras livres". Otávio Guilherme Velho (1972), por exemplo, em seu trabalho intitulado "Frentes de Expansão e estrutura Agrária", afirma que as ocupações "espontâneas" na Amazônia tendem a instituir uma progressiva separação entre o local de morada e o de trabalho, com os moradores se agrupando em povoados e as roças distanciando-se cada vez mais dos núcleos de moradia. Isto se deve ao fato destes camponeses apresentarem uma forma específica de apropriação do solo, além de aspectos ligados a seu universo simbólico, tais como relação de parentesco, relação de amizade, de roça etc.

De acordo com o autor, a abertura de roça, mata a dentro, por uma determinada família, levaria a aglomeração de outras famílias ligadas entre si, pelo laço de amizade, parentesco e compadrio. Estes núcleos com o tempo se tornariam povoados maiores, concentrando, o comércio, a igreja, a escola etc. De um lado, a terra de morada, que "em virtude da continuidade do uso e da permanência das benfeitorias, seria recortada por direitos de posses individuais, exclusivos e duráveis, correspondendo à unidade casa/quintal de cada grupo doméstico"; de outro, a terra de trabalho não seria passível de constituir propriedade privada,[10] dada a intermitência de seu uso.

No assentamento por mim estudado, apesar do local de morada aparecer separado do local de trabalho, diferentemente de Velho (1972) estes espaços se complementam, ou seja, a casa se apresenta como uma extensão da terra de trabalho e vice-versa, podendo por sua vez se constituir em propriedade privada, ou em

[10] Ver Velho (1972) e Musumeci (1988).

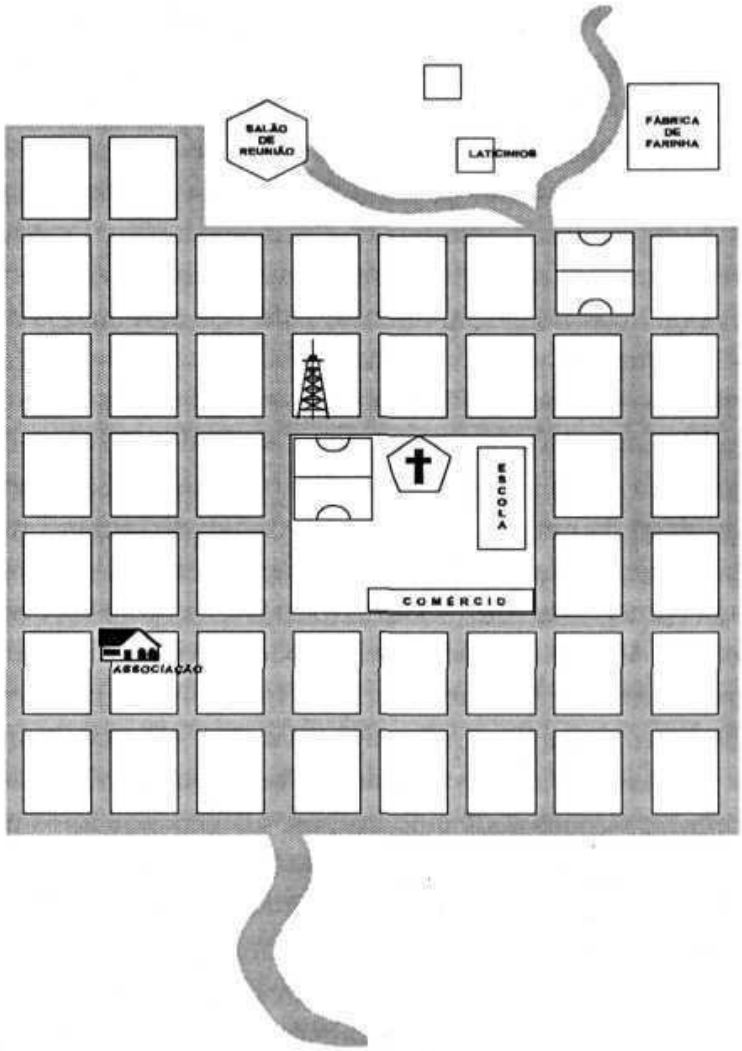
posses individuais. Percebe-se que apesar do desejo de grande parte dos assentados em estabelecerem a moradia dentro do lote, em nenhum momento é mencionada a possibilidade de abrir mão da casa na vila.

Na praça, ponto central do assentamento,[11] encontram-se duas igrejas, uma evangélica, outra católica, onde se localiza também o cruzeiro externo, espécie de altar, local onde se realizam algumas celebrações do ritual católico. Além destas, existem no assentamento mais três templos evangélicos. Apesar do número maior de templos evangélicos no assentamento, 78% dos assentados dizem proferir a fé católica em detrimento dos 21% de evangélicos e, 1% ligados a outras religiões. Ao longo da praça encontramos também vários comércios e um campinho de futebol, utilizado principalmente por crianças e adolescentes. O "comércio" vende desde o querosene à carne de boi fresca. No entanto, a maioria, são pequenas "baiúcas" que vivem da venda da pinga, do cigarro e do jogo de bilhar. Encontra-se também no centro da área destinada à praça uma rádio (Sistema Mirante de Comunicação), mais conhecida como "voz" ou "boca de ferro". Esta rádio foi criada em 1999, com recursos próprios, de 16 assentados preocupados com a dificuldade de chamar os moradores para reuniões, assembléias, haja vista o tamanho da vila e o número de assentados. Durante a sua programação, geralmente das 6:30 às 8:00/8:30 h, e à tarde, a partir das 17:00 h, ouve-se desde informes do MST, avisos de reuniões da associação, reuniões de núcleos e de grupos, vistoria dos lotes quando da implantação dos projetos, reuniões de pais na escola, avisos das igrejas, a convites de casamento, de aniversário e cartinhas de amor. As músicas variam desde o hino nacional e músicas do MST, à música popular brasileira, com destaque para o *reggae*. Em determinada ocasião perguntei ao locutor da rádio o porquê da predominância do *reggae*. Ouvi que isto era resultado da preferência dos assentados. "Dos pedidos de música que recebemos na rádio, 80% pede *reggae*", devido a origem maranhense dos assentados, dizia ele. Em fevereiro de 2000 a rádio foi doada para a associação, devendo a partir de então ser administrada pela direção do assentamento.

As infra-estruturas já existentes na antiga fazenda foram incorporadas para o patrimônio coletivo das famílias, como por exemplo, os currais e os prédios (sedes das fazendas). Os currais foram integrados aos projetos de criação de bovinos. Já os prédios, que datam da década de 30, e que foram utilizados após a ocupação da antiga fazenda como escola, posto médico e local para reuniões, aguardam desde 1997 novo destino. A sua incorporação/utilização coletiva pelos assentados fora completamente prejudicada em decorrência da localização da vila.

---

[11] Ver croqui da vila do assentamento na p. 44.



Foram construídos ainda um depósito, um centro comunitário, um posto de saúde, três poços semí-artesianos e "barracos" de madeira, para o funcionamento provisório da escola. Além disso, uma antiga estrada foi reformada e ampliada dando acesso à vila. Porém, no período de chuvas intensas (novembro a março) esta estrada torna-se intrafegável, com trechos críticos, apresentando desmoronamento e pontes destruídas. Tive a oportunidade de visitar o assentamento num desses momentos e observei que a água sobe aproximadamente 2 metros tomando conta da ponte que garante o principal e único acesso a vila.

Num determinado dia quando saímos pela manhã do assentamento, a água havia subido bastante, mas ainda era possível a passagem de carro. Na volta, por volta das 17:30, a ponte estava completamente tomada pela água. Para que não ficássemos na estrada, mulheres e crianças atravessaram a nado, enquanto os homens, com ajuda de uma caçamba, se encarregaram de puxar a caminhonete para o outro lado. Depois de mais ou menos uma hora de muito esforço foi possível continuar a viagem.

Das infra-estruturas mais urgentes para o assentamento tais como, habitação, equipamentos agrícolas, saúde, agroindústria e etc, somente a escola e o processo de eletrificação não foram concluídos. Porém, mesmo que em péssimas condições, a escola continua atendendo aos assentados no prédio improvisado em 1998, ao contrário dos equipamentos e maquinário da agroindústria, que em virtude da inexistência de energia elétrica, se encontra completamente ocioso.

3. LAZER E SOCIABILIDADE NO ASSENTAMENTO

Várias são as formas de lazer gestadas de acordo com as regras de sociabilidade e reproduzidas no local. Essas atividades variam desde a conversa em frente as casas à tarde, às atividades desenvolvidas por particulares ou pela direção do assentamento.

Os eventos organizados pela direção e que de alguma forma acabam se tornando momentos de lazer e sociabilidade, variam desde os encontros (mulheres, jovens, estadual, nacional) dos sem terra, às atividades de lazer propriamente dito como, jogos e festas, tais como as de comemoração ao aniversário do assentamento.

Já no que se refere às atividades desenvolvidas pelos próprios assentados destacamos aqui a criação de equipes de futebol e capoeira. As equipes de futebol (crianças e jovens) se encontram todas as tardes em dois campos separados, um freqüentado por meninos, localizado na praça central e outro, um pouco mais afastado, espaço dos adultos. Tivemos conhecimento que estas atividades teriam além do seu caráter de lazer o objetivo de chamar a atenção dos jovens para o problema das drogas.

Além destas atividades era comum encontrarmos, ao longo da vila, pequenos grupos (geralmente homens de idade) reunidos para o jogo de carta, dominó ou para um simples bate papo. Poucas vezes observamos a presença da mulher nestas atividades.

Por outro lado, nos encontros da Pastoral da Criança, por exemplo, mulheres e crianças viviam momentos de descontração e brincadeiras, em que a presença e a inserção masculina eram quase insignificantes. De modo geral, estas atividades se encontram divididas por sexo e idade, diferente da roça, onde homens, mulheres e crianças executam suas atividades lado a lado dividindo o mesmo espaço.

Por sua vez, a complexa rede de relações, (resultado das diferentes origens, trajetórias e experiências) que vêm se construindo no assentamento nos permite ainda identificar este espaço como um lugar em que as relações de sociabilidade se encontram em estado rudimentar de construção. As atividades de lazer e as festas são momentos cruciais em que esta construção é testada e gradualmente ajustada.

4. As famílias do assentamento

O assentamento reúne pessoas de aproximadamente 9 Estados da União,[12] com destaque para o Estado do Maranhão 56%, seguido do Piauí, Goiás, Tocantins, Ceará, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pará. Os assentados são, em sua maioria, trabalhadores ligados a atividades agrícolas, assalariados ou não, e que migraram para o Pará, em particular para as circunvizinhanças do municípios de Marabá, em fins da década de 70 e início da década de 80.[13]

De acordo com as entrevistas realizadas no assentamento em fevereiro de 2000, verifiquei que apesar de 60% dos chefes de famílias terem tido passagem por Serra Pelada, apenas 19 dos 69 entrevistados chegaram à região especificamente para trabalhar no garimpo. Os demais estariam ligados a outros projetos: três dos entrevistados fazem parte da segunda e terceira geração remanescente do Projeto de Colonização da década de 70; cinco são oriundos dos canteiros de obra da Companhia Vale do Rio Doce do início da década de 80; 24 deles foram contratados nos seus Estados de origem especificamente para o trabalho nas fazendas; cinco são antigos posseiros; quatro chegaram no Pará em 1992 especificamente para participar do Movimento Sem Terra. Dos entrevistados, apesar de apresentarem origem rural, nove estavam temporariamente exercendo atividades urbanas, tais como doméstica, motorista, feirante, funcionário público, pedreiro e pequeno comerciante.

Com relação à composição familiar, predominam no assentamento as famílias nucleares, seguidas de famílias extensas. No primeiro caso, a casa é habitada por indivíduos ligados entre si por laços de parentesco: pai, mãe e filhos solteiros. Às vezes, compõem estas famílias nucleares filhos solteiros com prole, pai ou mãe de um dos cônjuges e filhos casados. Na família nuclear, o trabalho dos seus membros é coletivo, com divisão do trabalho entre os seus integrantes, articulada pelo processo de cooperação. No segundo caso (família extensa), o núcleo familiar é composto tanto por parentes paralelos quanto pelos cruzados, quer dizer, tanto aqueles que se relacionam em linha de descendência (filho, neto, bisneto) quanto aqueles relacionados pela aliança (casamento), respectivamente. Neste caso o número é mais reduzido, porém, bastante significativo.[14]

---

[12] Levantamento realizado pela equipe do Projeto Lumiar (projeto do governo federal de assessoria técnica/agrícola a assentamentos) em maio de 1998.

[13] A pesquisa realizada em julho de 1996 revelou que os sem terra no Pará são predominantemente nordestinos (72,3%) ou mais especificamente maranhenses (46%). Os maranhenses correspondem às segunda e terceira gerações de nordestinos fugidos da seca ou da superlotação dos minifúndios do Nordeste. Uma parcela expressiva dos sem terra é composta de ex-empregados da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí; outra, de ex-empregados das empreiteiras subcontratadas pela CVRD para a construção da Estrada de Ferro de Carajás, no início da década de 80. Porém, uma grande parcela, ou seja, 48,1% têm uma história de passagem por Serra Pelada. Pode-se, no entanto, afirmar que a grande maioria é composta de ex-trabalhadores ou filhos de ex-trabalhadores braçais dos garimpos. Deste grupo de sem terra fazem parte também jovens da segunda geração dos colonos das áreas de assentamento do antigo Grupo Executivo de Terras do Araguaia/Tocantins (GETAT), na circunvizinhança da Serra de Carajás, dela separada pelo rio Parauapebas.

[14] Ver Augè (1978).

O cadastro dos assentados ligados à ASPECTRA apresenta um número bastante expressivo de pessoas solteiras à frente do lote. Particularmente impressiona o número de mulheres, o que remete de imediato ao destaque da presença da família matrifocal no assentamento, ou seja, a unidade familiar baseada na figura da mãe. Porém, em contato com estas famílias percebi que muitas das vezes apenas o registro estava em nome da mulher, mas as decisões e a autoridade frente à unidade doméstica era do pai, do "companheiro". Em grande parte dos casos o nome da mulher constava no cadastro da associação simplesmente por ter sido ela quem fez a inscrição da família no momento da ocupação, e além disso, vivia em relação de concubinato.

Por outro lado, muitas destas mulheres que possuíam individualmente o seu lote, contraíram matrimônio dentro do assentamento, transferindo para o homem (marido) as decisões política e de trabalho, como podemos observar abaixo:

> O que se tem observado no assentamento são mulheres abrindo mão dos seus direitos, cancelando o seu cadastro e garantindo a permanência de seu companheiro como único dono. (Relatório LUMIAR, 1998)

Encontrei no referido assentamento apenas duas famílias, onde a mulher era provedora e, por conseguinte responsável pelas decisões no seio da unidade familiar. Uma delas teve o marido assassinado junto com mais 18 trabalhadores, no "massacre de Eldorado de Carajás". Ela mora com dois filhos menores sobrevivendo do dinheiro da pensão que recebe do Governo do Estado e tentando "tocar" o lote, segundo ela, com muitas dificuldades. Além destes, ela têm duas filhas casadas que moram em Eldorado e que vêem o assentamento, nas suas palavras, como "a desgraça da família", por acreditarem que o assentamento teria sido conquistado ao custo do sangue de seu pai. As dificuldades em gerenciar o lote sozinha tem levado esta senhora a pensar em abandoná-lo. Além disso, ela discorda da forma como vem sendo organizada a produção (semi-coletiva através dos grupos e núcleos) no assentamento. Ela gostaria de conseguir empréstimo bancário individualmente e assim poder criar gado.

No outro caso, a mulher é mãe solteira, vive com sete filhos e esperava pelo oitavo. Além dos filhos, estava morando em sua casa, durante minha visita ao assentamento, um "conhecido" de muitos anos e que naquele momento a ajudava a trabalhar no lote. Disse-me que apesar de receber ajuda na roça do pai de um de seus filhos não gostaria de ser associada, por que acreditava que não teria condições de pagar o banco.

Apesar do número alto de pessoas solteiras vivendo no assentamento apontado nos dados cadastrais da associação, encontramos apenas duas pessoas vivendo sozinhas: uma mulher viúva (53 anos) e um homem (65 anos). A mulher nunca teve filhos, vive da pensão (um salário mínimo) deixada pelo marido e seus sobrinhos administram o lote. Estes vivem com o pai, num outro lote dentro do assentamento. Já o homem acima referido, não tem filhos, nunca casou e tem sua história

de vida marcada pela corrida em busca da terra de trabalho. Numa de suas histórias contava-nos que seus pais possuíam terra no Piauí, mas que com o tempo a terra ficou "fraca" e tiveram que vendê-la e sair novamente em busca de terra para trabalhar.

É comum encontrar no assentamento dois, três irmãos, pai e vários filhos adultos que tenham conseguido lote, o que faz com que a rede de parentesco seja forte e se expanda.

Dentre as famílias nucleares, observamos que as unidades se constituem em média por seis pessoas, sendo a maior integrada por 10 membros. Observei também que 60% das famílias são compostas por chefes com a faixa etária entre 31 e 50 anos. A outra metade possui abaixo de 40 anos. A média de idade entre os sem terra está distribuída da seguinte forma: assentados com menos de 14 anos, cerca de 36,5%; entre 15 e 30 anos, 39%; 31-50 anos, 18% e de 51-80 anos 6,5 %.

Vivem no assentamento 69 pessoas mutiladas no Massacre de 17 de Abril, que variam desde aqueles que perderam os movimentos de pernas, braços, àqueles com balas que ainda não foram extraídas. Muitos destes trabalhadores estão impossibilitados de trabalhar e com a saúde completamente debilitada. Em janeiro de 2000 uma comissão responsável por este grupo de assentados entrou com uma ação na justiça exigindo do Governo do Estado imediato tratamento médico, além de aposentadoria para os que não podem mais trabalhar.

5. A VIDA COTIDIANA

Na chegada ao assentamento a primeira impressão que se tem é de se ter chegado em uma pequena cidade. Ainda da estrada é possível divisar as casas enfileiradas umas próximas das outras, fisicamente muito semelhante a um conjunto habitacional. Além disso, mesmo nos dias de semana é constante a existência de transeuntes nas ruas e aglomeração de pessoas em determinados pontos da vila, resultado da chegada e saída dos carros que vão e vem carregando passageiros e mercadorias.

Em seguida, a inexistência de infra-estruturas urbanas tais como: água encanada, energia elétrica, vias pavimentadas, esgoto dentre outros, serviriam para desfazer esta primeira impressão, o que se intensifica com o prolongamento da nossa estada. De acordo com a minha inserção nas atividades do assentamento, como por exemplo, nas reuniões da associação, Pastoral da Criança, reuniões de grupos e visita aos lotes e às famílias outros elementos nos saltaram aos olhos, elementos estes certamente imperceptíveis ao olhar de um recém-chegado.

Observei, por exemplo, que mesmo após a divisão da terra, um mesmo lote era utilizado por mais de uma família. Ou seja, era comum a utilização do lote do amigo, vizinho ou parente, para a realização de suas roças. Este fato era explicado em muitos casos, pela ausência de mata (área de capim) num determinado lote impossibilitando o plantio, outras vezes, pela distância do lote e a vila (geralmente

10 a 13 km), ou simplesmente pela relação de amizade, parentesco ou vizinhança existente entre os assentados.

As casas de tijolo com quatro cômodos (dois quartos, cozinha, e varanda), ainda sem reboco e pintura, e algumas por serem concluídas, têm as portas de acesso localizadas nos extremos opostos, uma na frente, aberta a maior parte do dia, dando acesso à sala, local onde são recebidas as visitas e, outra, nos fundos, dando acesso à cozinha e ao quintal. As pessoas mais próximas da família, vizinhos e parentes, entram na casa por esta porta. Em algum lugar do quintal está o poço e o sanitário, todavia o quintal é destinado fundamentalmente às aves domésticas e ao chiqueiro dos porcos. É ali também que se cultivam árvores frutíferas tais como abacateiro, mamoeiro, limoeiro, bananeiras e outras. É ainda no quintal, numa espécie de cabana, casa coberta e cercada de palha, que as mulheres e as crianças passam a maior parte do dia. Lá, lavam as roupas e louças, cozinham em fogões de lenha, costuram e "batem papo" com as vizinhas, isto geralmente nos finais de tarde.

É comum nas tardes de sábado a utilização deste local para uma espécie de reunião entre os membros da família, agora a mulher, o marido e os filhos mais velhos, além de vizinhos e amigos. Algumas vezes estes encontros acontecem num outro lugar nas proximidades da casa, geralmente num local com sombra. Neste momento as conversas giram em torno das questões do cotidiano, casa, filhos, trabalho, seguidas de histórias, trajetórias de vida, geralmente contadas pelos mais velhos. A luta pessoal pela terra é um dos tópicos do repertório destas histórias. Nestes encontros os homens conduzem as conversas e as mulheres, principalmente as mais jovens, ficam quase sempre ouvindo, respondendo apenas ao que lhes é perguntado, pelo menos durante os momentos em que pude presenciar estas conversas.

Apesar das casas se apresentarem dispostas muito próximas umas das outras, o terreno entre uma e outra não possui nenhum tipo de cercas divisórias e os limites entre elas não são visíveis para os visitantes. As poucas casas que possuem algum tipo de cerca divisória, separando os quintais, se distinguem das demais pela presença de elementos visíveis e materiais tais como, antena parabólica, televisão, rádios, além da utilização da casa como pequeno comércio.

6. A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO PRODUTIVO E SOCIALIZAÇÃO

O desejo de trabalhar na terra livre, liberta do cativeiro do fazendeiro é o que orientou estes trabalhadores na direção da luta pela terra. Ao longo das conversas com as famílias no assentamento, evidenciei que os trabalhadores que se tornaram empregados nas fazendas chegaram à região, em fins da década de 70 e início da década de 80, impulsionados pela propaganda de parentes e amigos que tinham vindo para a região e haviam conseguido trabalho. O que não ficava esclarecido é que na maioria das vezes a terra era cativa de um proprietário, ou seja, estes trabalhadores eram empregados em fazendas da região e o proprietário concedia uma área onde pudessem plantar mandioca, milho, arroz, abóbora e etc. Estes produtos

serviam de alimentos não só para os empregados da fazenda como também para os animais.

Na trajetória de vida destes trabalhadores aparecem longos anos de trabalho cativo nas fazendas e outros tantos de privação do trabalho, resultado do modelo de propriedade fundiária vigente. De acordo com Martins:

> Para muitos desses trabalhadores, o rompimento dos vínculos de dependência, as constantes migrações, a falta de trabalho, revelou o significado da propriedade. É uma certa noção de trabalho que organiza as novas concepções da vida, do eu e do outro, do nós, do movimento, das relações sociais, o projeto. A nova cultura está centrada no trabalho (e suas dificuldades) e não na propriedade, na liberdade de quem trabalha e na condenação do cativeiro, na concepção de direitos produzidos pelo trabalho. (...) Nos movimentos sociais dos últimos anos, a condenação da propriedade, que excede as necessidades de quem a tem, deriva da privação de trabalho que ela impõe aos que dela precisam para trabalhar. Privação que aparece como privação ao direito à vida. (Martins, 1989, p. 21)

Não ter o controle sobre o seu trabalho, para o camponês, pode significar o não domínio da sua própria vida. Uma questão sempre presente nas falas dos camponeses, quando perguntávamos sobre o motivo de sua entrada na luta pela terra, refere-se a sua negação de suas experiências de trabalho vivenciada na cidade[15] e mesmo no campo. Sobre a vida na cidade, seu Joaquim Silva afirmou:

> Porque a cidade, a vida na cidade pra quem não tem condições é muito pesada. Eu não tenho condição de chegar na cidade e comprar uma casa, ai eu chego na cidade, vou morar naquelas favelas ainda pagando aluguel, eu já sofro pra dá a manutenção dos meus filhos ainda vou pagar aluguel, é o mesmo que trabalhar nas fazendas, trabalhando de ameia pros outros. Aqui não eu recebi um lote de terra, recebi uma casinha feita pelo governo então eu tô satisfeito, tô aqui comecei aqui dentro, meu lote é aqui perto eu trabalho agora mesmo tô saindo pra lá. Eu tô satisfeito com o meu trabalho. (Entrevistado em fevereiro/2000)

O trabalhador do campo sinaliza a importância do rompimento dos vínculos de dependência. Esse rompimento, ao libertar o trabalhador, liberta o trabalho e nos revela um novo significado da propriedade. É uma noção de trabalho que trás à tona uma nova concepção de vida, nova concepção dos movimentos sociais e relações sociais. Esta nova concepção está centrada no trabalho e não na propriedade, na liberdade de quem trabalha e na condenação dos vínculos de dependência.[16]

---

[15] Em contraste a isso, Woortmann (1997, p. 13) afirma que o processo de trabalho camponês é consciente. O pai/patrão não é equivalente de um empresário moderno, por ser o detentor do saber. Ele é detentor de um saber que o autoriza a governar o processo de trabalho, isto é, dirigir o trabalho da família. Esse saber é transmitido à "força de trabalho", aos filhos que, ao trabalhar, estão se constituindo também em "conhecedores plenos". Ademais, entre os sitiantes, governar é um processo ideológico os filhos, após uma certa idade, conhecem o processo de trabalho tanto quanto o pai, como o fazem as mulheres ou os eventuais assalariados.

[16] Ver Martins (1989).

> O trabalho aqui é o seguinte, o dia que dá pra mim ir cedinho eu vou, não dando como hoje não deu pra mim ir porque teve outro problema teve uma reunião do movimento, então foi preciso eu me ocupar um pouco com essa reunião, ai vou pra roça essa hora mas ninguém vai me falar nada porque o serviço é meu, mas se eu tivesse trabalhando pros outros de empregado como eu trabalhei 10 anos, 4 meses e 2 dias de emprego eu tinha que bater o cartão as 7 hora em ponto, ou batia o cartão ou perdia o dia. (Entrevistado em fevereiro/2000)

Como se vê nesta fala, o trabalho da cidade aparece para estes trabalhadores como o trabalho cativo, alheio as suas vontades, diferente de quando se trabalha na sua própria terra. Nas nossas conversas, o repúdio, a negação ao trabalho na cidade, surgem exatamente da vontade de trabalhar com liberdade e autonomia, sem ter que marcar o ponto, ou cumprir um horário/ tempo preestabelecido. Para estes sujeitos, lutar pela terra tem um significado muito maior que sobreviver, no sentido estritamente econômico, mas sobretudo de garantir hábitos, costumes, crenças, sociabilidade, enfim, seu universo cultural.

> Inclusive, assim também, porque primeiro, tem toda essa questão que estou colocando e tem mais a questão lá na cidade além de tu não consegui emprego fácil, quando tu consegue alguém tem que te mandar, tem que fazê tudo que o chefão, que o patrãozão diz que tem que ser feito, e a terra mesmo que trabalhe ela individual e tu não faça nem um tipo de trabalho cooperado tu consegue sobreviver na terra e se tu consegui fazer um trabalho cooperado por exemplo, fazer um trabalho coletivo, um trabalho em mutirão, quer dizer, por mais que tu trabalhe muito mas é tu que manda, no que é teu ninguém vai dizer o que tu precisa fazer, e só tu tentar compreender o processo, se tu trabalha cooperado tu sabe que tu é dono do teu, se tu trabalho individualmente tu é dono do teu, tu não tem quem te mande, tu não tem patrão, tu vai desenvolver uma coisa que tu pode melhorar a tua vida sem ter quem te mande, né. Além disso, na cidade tu não vê ninguém Ter zelo, pelo outro. Aqui se empresta açúcar, café, sabão, s troca dia de trabalho. Se tu vais sai , tu pode deixar o teu filho, a casa, tudo que os vizinho vão tomar de conta, na cidade não é assim. (Marcílio Silva, entrevistado em fevereiro/2000)

Em complemento, a senhora Maria das Graças afirma:

> Lutar pela terra porque eu acho que é um direito da gente, que a gente tem e todos nós tem direito pela terra e o nosso objetivo também é com que a gente tenha um pedaço de terra pra poder trabalhar e dizer esse aqui é meu e não só trabalhar na terra do patrão, porque aquilo que a gente trabalha só trabalha na terra do patrão, aquilo só dá pro patrão mesmo, que a gente trabalha nas terras dos outro, mas a gente só tem mal o que comer, e é mal o que comer, e a gente trabalhando na terra da gente não tudo que a gente fizer é da gente. Então esse é o nosso objetivo, é trabalhar porque ali tudo que se planta é nosso, não tem negócio da gente plantar e dizer assim isso aqui eu plantar não é meu é do fazendeiro. Então tudo que a gente plantar e colher é da gente, se a gente planta um pé de mandioca a gente colhe é da gente, se planta o arroz também é da gente, o feijão também é da gente e na fazenda

> não, tudo que ele plantava tinha que ser de meia meia com o fazendeiro. É por isso que a gente lutou pela terra e luta e hoje o meu esposo veve dentro desse movimento lutando, ajudando a consegui mais terra pra quem não tem. Eu vivo dentro do movimento também e tenho o maior orgulho de viver dentro do movimento. (Entrevistada em julho/1999).

Esses depoimentos expressam claramente o que tem dado sentido a luta desses trabalhadores, ou seja, o que os move em direção à luta pela terra. Nestas falas evidencia-se a busca pelo trabalho livre e autônomo longe do controle do patrão, bem como o sonho da retomada do controle do seu tempo e do seu trabalho.

A possibilidade de trabalharem para si, preocupados com a manutenção da casa, e o sustento da família foi, segundo estes trabalhadores, a sua maior conquista ao se tornarem assentados.

7. A DIVISÃO DA TERRA: OS LOTES

Em dezembro de 1998, após a estruturação da vila e construção das casas, foram divididos os lotes, que segundo aqueles trabalhadores, foi o maior "presente de natal" de suas vidas. Ainda neste ano os assentados receberam o crédito implantação: fomento, alimentação e habitação.[17]

A fragmentação da terra em lotes individuais foi motivo de muita alegria, no dizer de um assentado, "o certificado da vitória". Porém, legou para o assentamento um problema que se encontrava sem solução até o momento da nossa última visita. O acordo firmado entre o MST e o INCRA definia que cada família acampada na fazenda Macaxeira receberia 10 alqueires de terra. Contudo, a área desapropriada e destinada para a criação do P.A 17 de Abril foi insuficiente, destinando a cada família apenas a metade, cinco alqueires (24,2 ha) da área estipulada no projeto inicial. Além disso, 10 famílias ficaram de fora da divisão dos lotes e esperam a mais de dois anos uma solução por parte do INCRA. Por conta disso, foram organizadas no assentamento ocupações nas fazendas vizinhas ao Assentamento 17 de Abril.

A diminuição gradativa da área destinada às unidades de produção familiar é um elemento marcante na questão agrária brasileira. No Sudeste do Pará até 1978, quando do Projeto de Integração de Colonização, os lotes chegavam possuir

---

[17] As famílias assentadas em projetos do INCRA têm direito aos seguintes atendimentos: 1- Crédito de implantação que se divide em: a- Crédito Alimentação (cada família deveria receber em torno de um salário mínimo por mês, durante os 10 primeiros meses depois que foi transferida para a nova área. Em novembro de 1997 o MST havia negociado com o INCRA o valor de quatrocentos reais para cada família assentada.); b- Crédito Fomento (é um recurso especial para a família comprar as primeiras ferramentas necessárias. Em 1997 as famílias receberam setecentos e quarenta reais.): c- Crédito Habitação (é o recurso destinado para a família construir a sua casa. Possui um valor variado dependendo da região. No Pará os assentados receberam dois mil reais.). Além do crédito de implantação as famílias têm direito ao Crédito para Produção, através, do PROCERA/Custeio, PROCERA/Investimento e PROCERA/Cooperativo.

150 ha (área que podia chegar a 250 ha) dependendo da área e do momento da ocupação. Com a criação do GETAT[18] seguido do INCRA, o limite passou a 100 ha, sendo que nas áreas próximas às rodovias ou às cidades, o limite era menor. Contudo, a partir de 1997, o tamanho limite destas áreas passou a 25 ha, o que significou uma redução brutal na área destinada ao trabalho familiar. Desta forma, onde era assentada uma família até final de 1996 e início de 1997, se assentaram quatro famílias, quadruplicando a capacidade de assentamento pelo INCRA[19] e caindo cada vez mais as condições em que estas famílias eram assentadas.

Por sua vez, nos assentamentos mais recentes, além de se comporem em unidades ainda menores, a qualidade do solo também piorara, em virtude do desmatamento e da introdução imediata do plantio do capim, se constituindo numa área predominantemente de pasto. Estas questões têm gerado uma série de questionamentos com relação ao futuro do assentamento, já que determinadas famílias receberam 100% do lote sobre o capim.

Quando da conquista do assentamento a composição da paisagem era a seguinte:

COMPOSIÇÃO	ÁREA APROXIMADA (Ha)
Mata	3.300
Pastagem	13.700
Capoeira	800
Sedes e infra-estruturas	300

Fonte: Equipe Lumiar (1998)

A mata existente na área do assentamento é uma pequena amostra da vegetação típica da região, composta basicamente por castanhais que datam do início de sua exploração na década de 30, quando o comércio da castanha substituiu a borracha no mercado nacional e internacional. As madeiras de maior valor econômico, foram exploradas mais intensamente a partir da década de 80 e gradualmente a mata foi dando lugar às extensas áreas de pastagens ao mesmo tempo em que essas áreas eram fracionadas e vendidas pelos seus primeiros donos. Já as áreas de capoeiras se apresentam de forma localizada, em solos de áreas que apresentam um histórico de exploração bastante intenso e que são compostas por vegetação arbórea, com predominância de embaubeiras e capa-bode, caracterizando um solo em estágio bem avançado de degradação.

Com o desenvolvimento das atividades produtivas pelas famílias assentadas a paisagem começou a sofrer novas alterações. De acordo com o Relatório da Equipe Lumiar local, para o ciclo de plantio 97/98 foram derrubados 160 alqueires

[18] Ver Almeida (1981).

[19] Ver gráfico dos assentamentos, primeiro capítulo de Macedo (2001).

(774 ha), porém aconteceu a entrada de fogo acidentalmente nas áreas próximas consumindo 250 alqueires (1.210) de mata e causando uma brusca redução na pouca área de mata existente. Este acontecimento deve-se à tradição da roça de toco,[20] praticada por estas famílias, somando-se a isso a falta de máquinas e equipamentos agrícolas para o preparo da terra em áreas de pasto.

O sistema de produção que se dá com a implantação das roças acontece em três etapas: na primeira, o preparo da terra, acontece nos meses de julho e agosto quando é feita a broca, seguida da derrubada e queimada no mês de agosto e, por fim, do final de setembro ao início de novembro, quando é feita a coivara. A segunda etapa (plantio) se dá de acordo com cada tipo de cultura. Neste caso, os principais produtos são o arroz, o milho e a mandioca, que são plantados em dezembro, e a abóbora, que tem seu plantio em meados de outubro até meados de novembro. Após esta etapa, é feita a primeira capina em dezembro e a segunda em fins de janeiro e início de fevereiro. A terceira etapa, começa com a colheita do milho verde (final de fevereiro até início de março),[21] seguido da colheita do arroz (em fins de abril e início de maio); da mandioca (a partir de fevereiro) e por fim, a colheita da abóbora, que pode se estender de fevereiro a junho. O quadro 1 resume este processo:

Quadro 1 – Sistema de produção

	ATIVIDADE	Jan	Fev	Mar	Abril	Maio	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	Broca						←	→					
	Derrubada		←	→				←	→				
	Queima							◆					
	Coivara									←	→		
PLANTIO	Arroz											←	→
	Milho											←	→
	Mandioca											◆	
	Abóbora									←	→		
	1ª capina											←	→
	2ª capina	←	→										
COLHEITA	Arroz				←	→							
	Milho		←	→				←	→				
	Mandioca	←	→										
	Abóbora	←	→				→						

Os lotes mais próximos da vila ficam a aproximadamente 2 a 3 km. Os demais variam entre 4 a 16 km. Em virtude dessa distância, um número expressivo

[20] Conhecida também como a técnica de "Slash-and-Burn" ou coivara.

[21] O milho seco é colhido a partir de julho

de assentados demonstra o desejo de se transferir para o lote (37 dos 69 entrevistados). Diga-se de passagem que o número de aspirantes à transferência vem aumentando a cada ciclo agrícola (período de intensificação de trabalho no lotes nos meses de julho a outubro). Muitos disseram que ainda não o fizeram pela dificuldade de construir o "barraco".

Já na minha última visita ao assentamento havia um número grande de casas fechadas na vila e fui informada que estas famílias haviam se mudado para o lote. Soube ainda que algumas famílias haviam mudado apenas temporariamente para o período de plantio e que fariam o mesmo no período da colheita, retornando sempre para a vila. Porém, um número menor mas significativo de famílias havia se transferido para o lote, deixando a casa da vila. Neste caso, os lotes se encontravam mais próximos da estrada e da cidade de Eldorado. Em conversa com uma destas famílias soube das dificuldades enfrentadas em virtude da distância da vila até o lote, o que fazia com que ao longo da semana, as mulheres e os seus filhos menores ficassem na vila para freqüentar a escola, enquanto o pai e os filhos maiores ficavam no lote, retornando para a vila apenas nos finais de semana. O depoimento abaixo explicita isto:

> Eu só tava esperando dá o jeito de arrumar um barraco lá na roça, agora que arrumamo vamo tocar a vida de lá. Não dá pra ficar indo e vindo. O negócio é tá direto na terra, podendo plantar, criar. Lá eu posso trabalhar o tempo que quizer, morando aqui (vila) fica difícil, né. Tem o negócio da escola dos meninos, mas a gente dá o jeito, põe na estrada pra estudar. Pros companheiro que ganharo terra aqui tudo bem dá pra morar na vila, mas pra nós que ganhamo a 8, 10 km não dá fica muito difícil. Quando dividimo o lote, como era muito longe nós fizemo a primeira roça no lote do vizinho, mas não dá pra ficar trabalhando na terra do vizinho, ganhamo a nossa terra, então vamos ter que trabalhar, trabalhar com vontade. (...) A casa da vila vai ficar fechada, quando tiver alguma coisa importante a gente vem, né, mas a gente também não vende, não dá, deixa ela lá, é nossa. (José Sousa, entrevistado em fevereiro/2000)

O número de famílias que saíram da vila para viver no lote ainda é reduzido mas já começa a preocupar a direção do assentamento, uma vez que os números vêm aumentando a cada ano. Além disso, as casas que se encontram fechadas na vila são alvos da cobiça de pequenos comerciantes (do assentamento e das redondezas), que lá buscam se instalar. Na minha primeira visita ao assentamento em julho de 1997, encontrei apenas uma família que afirmava ter comprado o lote. Já em fevereiro de 2000 eram cinco os que diziam ter comprado o lote ou estavam no assentamento em lote cedido por parentes e/ou amigos, como foi o caso de uma senhora de 70 anos que vivia no lote cedido pelo sobrinho, após o casamento deste com uma assentada.

8. As associações

O espaço do assentamento inaugura um novo momento na vida desses trabalhadores. Para muitos é a oportunidade de viver na terra sonhada por seus pais, livre dos domínios do patrão, vivendo exclusivamente do trabalho familiar individual em cada lote. Apesar da proposta do MST de desenvolver nos assentamentos o trabalho cooperado, no Assentamento 17 de Abril existe uma forte resistência a isso por parte dos assentados.[22]

Em 1997, após a organização do assentamento foi criada a Aspectra. A proposta de criação desta associação teve forte participação do MST, através da vinculação à possibilidade de obtenção de financiamento agrícola, bem como de garantir a representação política do assentamento.

A direção da associação foi confiada a um grupo e a um conselho fiscal, com primeiro mandato a partir de março de 1998, e que seriam eleitos pelos assentados, tendo como órgão deliberativo a assembléia. Neste primeiro momento, o assentamento recebeu um grande volume de dinheiro, em virtude do processo de implantação da agroindústria da mandioca, milho, arroz e laticínio, além da aquisição de maquinário, insumos e etc, que são propriedade coletiva dos assentados, isto é, pertencem à associação. A partir de 1998, o assentamento passou a receber o apoio de uma equipe técnica. São oito técnicos, divididos em quatro técnicos agrícolas, uma veterinária, um agrônomo, e dois profissionais ligados a área social, no caso, uma assistente social e uma professora. Estes técnicos seriam responsáveis junto aos assentados tanto pela elaboração dos projetos, bem como pelo auxílio ao processo de execução destes.

Nesta gestão da associação (1997/1998) os assentados receberam do Procera (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária) os créditos a serem utilizados na viabilização da infra-estrutura de produção e do assentamento, além do crédito Procera/custeio, objetivando a produção do ano agrícola.

Com este primeiro recurso/custeio, as famílias produziram individualmente em seus lotes escolhendo livremente como e o quê produzir. A maioria dos assentados, de acordo com cálculos da associação, plantaram arroz, milho, abóbo-

---

[22] Nos assentamentos do Sudeste do Pará predominam as associações. Em 1998, começou o andamento jurídico para a criação da primeira cooperativa, que vai reunir todos os assentamentos ligados ao MST na região. Vale frisar que o MST formula a proposta de Cooperação Agrícola pensando na organização dos camponeses nos assentamentos. Desta forma, as cooperativas seriam formas de se resolver os problemas econômicos, sociais, bem como manter os trabalhadores organizados nas novas comunidades. "A Cooperação Agrícola se define, tal como colocada pelo MST, enquanto uma proposta organizativa para os assentados, que visa capacitá-los frente às adversidades e oposições do seu cotidiano. De acordo com a proposta, as iniciativas a serem implantadas são instâncias de organização dos assentados com os seguintes objetivos: elas visam fortalecer a capacidade econômica de resistir e permanecer na terra; são também canais de representação política junto aos interlocutores externos; e incentivam formas de inter-relacionamento social baseado num ideal de "ajuda mútua", visando a *consolidação de uma nova consciência e prática entre os assentados. Essa proposta de organização visa incorporar* às reivindicações consideradas até então "econômicas" a dimensão da utopia política, situando os assentamentos também como agentes na "construção de uma nova sociedade". (Simonetti, 1999, p. 131)

ra e mandioca. Porém, esta primeira produção não correspondeu aos anseios e objetivos de produção discutida há muito pelo assentamento. De acordo com dirigentes do assentamento, muitas famílias utilizaram o dinheiro garantido através do crédito para outros fins, tais como, compra de utensílios domésticos, viagem, saúde, como foi o caso de uma senhora que utilizou a maior parte do dinheiro para o tratamento de uma hérnia em Belém. Além disso, o recurso chegou atrasado, ou seja, depois do período de preparo da roça (julho e agosto) e quase no meio do período de plantio (outubro a dezembro), comprometendo, por sua vez, a organização e o planejamento da produção visando sua viabilidade.

Apesar das questões levantadas anteriormente, de acordo com a direção do assentamento, a primeira colheita foi bastante significativa, como podemos observar nesta notícia:

> Macaxeira vira centro produtor: ex-sem terra, sobreviventes de Eldorado, produzem oito mil sacas de grãos por safra e o rebanho bovino chega a 1.200 cabeças. Nos roçados a colheita do fruto permitido, estopim de toda a tragédia ocorrida há dois anos na rodovia Macaxeira, hoje do conflito só guarda a lembrança. As 687 famílias assentadas pelo INCRA no Assentamento 17 de Abril moram em casas de alvenaria e já produzem oito mil sacas de grãos, em plantios provisórios. Algumas famílias já possuem até 90 cabeças de gado. Mas nem tudo são flores: dos 50 hectares por propriedade previstos pelos novos módulos do INCRA, cada família recebeu apenas 26. E, alguns, mesmo com a terra tão esperada não conseguem permanecer no local que guarda tristes recordações e preferem retornar para seus antigos lares, ainda que abrindo mão do sonho de toda uma vida. (Jornal "A Província do Pará", 19/04/1998)

Depois deste primeiro ano agrícola, começou-se a discutir no assentamento um Projeto Integrado de Investimento Grupal. Esta discussão resultou da preocupação da direção do assentamento e dos técnicos agrícolas, com relação ao mau gerenciamento do dinheiro recebido pelas famílias, bem como da necessidade de se criar condições para que a agroindústria pudesse funcionar, o que sem uma produção mais articulada e sistemática poderia vir a deixar ociosa toda a infra-estrutura (maquinários etc) adquirida pelo assentamento, além de comprometer seu desenvolvimento econômico e social.

As famílias, que desde o momento da ocupação do assentamento, são organizadas em grupos, divididos em núcleos, contam hoje com 17 grupos (35 a 45 famílias cada) e 54 núcleos, variando de 10 a 15 famílias cada. Cada núcleo possui um coordenador, escolhido pelos integrantes do núcleo e tem como pré-requisito saber ler e escrever. Tanto os grupos, quanto os núcleos foram formados espontaneamente pelos assentados, variando muitas vezes entre o grau de afinidade, parentesco e/ou interesse produtivo. Este modelo de organização dos assentados em grupos e núcleo, advém da preocupação da direção do assentamento e assentados em desenvolver no assentamento experiências produtivas coletivas ou semi-coletivas. Além disso, se objetivam também direcionar a produção do assentamento para

as necessidades da agroindústria. Abaixo a tabela das atividades do projeto de trabalho cooperado:

Atividade	Valor da implantação	Capacidade	Função
Laticínio	251.676,00	2.400 lts/dia	Pausterização de leite
Aviário	144.758,86	5.000 frangos	Frango abatido
Agro-indústria do arroz	157.482,00	80 sacos/dia	Beneficiamento de arroz
Agro-industria de mandioca e farinha	412.356,00	22.500 Kg/raiz/dia	Produzir 6.500 Kg/dia de farinha
5 há de sistema agroflorestal	20.000,00	10.000 mudas	Transporte e Agricultura mecanizada
Veículos, máquinas e implementos agrícolas	1.114.403,00		Produção de mudas

Do Projeto Integrado de Investimento Grupal[23] (projeto associado de investimento e custeio – safra 99/2000) saíram os projetos menores (beneficiando 489 famílias) que apresentavam as seguintes propostas: pecuária leiteira, cultura de coco, milho, arroz, mandioca, cupuaçu, pimenta do reino, suinocultura de cria e de engorda, piscicultura de engorda e café. Porém, os 54 núcleos apresentaram como proposta principal a pecuária.

Esta preferência pela pecuária deve-se à predominância de área de capim na maioria dos lotes, impossibilitando, a curto prazo, o cultivo de qualquer tipo de cultura. Este fato causou uma certa preocupação entre os técnicos e a direção do assentamento levando os mesmos a desenvolverem junto aos assentados estudos sobre as potencialidades econômicas e de adaptação do solo com relação a algumas culturas, como por exemplo, o arroz e o milho.

No início de 2000, os núcleos se organizavam construindo infra-estrutura para implantação do projeto grupal, enquanto aguardavam a liberação da segunda parte do recurso para a implantação do projeto.

Apesar da implantação destes projetos em sistemas coletivos e/ou semi-coletivos, a resistência por parte dos assentados em desenvolver este tipo de trabalho ainda era forte. Soube, na sede da associação, que muitos assentados não pediram empréstimo naquele ano por não concordarem com a forma de aplicação dos recursos. Ouvi a justificativa de um senhor que não concordava com aquela forma de trabalho: por que não acreditava que um projeto com muita gente pudesse dar

[23] De acordo com os técnicos agrícolas, o referido projeto, por ser em linha de produção, aponta maiores possibilidades e perspectivas de garantir aos assentados produção familiar e complementar para manterem-se e terem condições de renda suficiente para resgatar as dívidas contraídas pelos Projetos de Investimento que foram exclusivos para a construção e aquisição de infra-estruturas de beneficiamento e transformação de toda a produção do assentamento, buscando também novas redes de comercialização, tentando livrar-se dos atravessadores.

certo. "Lugar onde muita gente põe a mão só da no que não presta". Além, disso, dizia ele, "não sou eu quem vou fazer o meu tempo de trabalho, vou depender do horário decidido pelo grupo."[24]

Sobre as dificuldades em desenvolver atividades coletivas no assentamento seu Marcílio Silva, presidente da associação, afirmava:

> Tá a luta pela terra é uma coisa complicada, né. Nem todo mundo consegue compreender. Por exemplo, hoje tu levanta um trabalho e o povo não consegue te compreender, ainda mais por que eu não tenho nenhuma dúvida com relação a isso, nós estamos mexendo com um povo, primeiro, que é uma mistura, é maranhense, é piauiense, riograndense, baianos e tal, é uma mistura danada. Segundo, que este povo nasceu individualista, individualista de berço. Nunca trabalhou de uma forma conjunta, um trabalho cooperado ou coisa parecida, sempre tocaram a vida por conta. O trabalhador rural, por exemplo, ele consegue o lote de terra, ele só consegue pensar dentro daquele quadrado que é a terra dele, o pensamento dele está em volta daquilo. Não pula a cerca o pensamento dele. (Assentamento 17 de Abril, fevereiro de 2000)

Este depoimento expressa, de certa forma, a preocupação do MST, quando aponta o trabalho cooperado como alternativa para o sucesso do assentamento. Eles acreditam que é preciso romper com o isolamento e o individualismo que é próprio destes trabalhadores.[25]

Num outro depoimento:

> Apesar de existirem algumas experiências de trabalho coletivo, como por exemplo no Assentamento Palmares, mas não é uma característica que predomina. Isto é muito complicado porque as pessoas têm uma tradição agrícola muito diversificada. No P.A a maioria das pessoas tem uma ligação com a produção agrícola no Nordeste, no Norte de Goiás, no Sul de Goiás, em Minas Gerais. Então cada um tem uma forma específica de lidar com a terra. Então ao mesmo tempo em que tu vê pessoas trabalhando na área de pasto para retirar o pasto, para plantar na área, tu vê pessoas desmatando para plantar pasto. Então assim, não é uma coisa homogênea, é um mundo complicado. As experiências passadas do MST ensinaram de forma muito clara que tu não tem como chegar e dizer, olha esse é um projeto coletivo, de produção coletiva. A tendência que o P.A se desligue do Movimento, passado não aqui mas no Rio Grande do Sul. Então tem uma liberdade, só que uma liberdade trabalhada, que se constrói a partir de experiências passadas, então tem muita disparidade. Tem gente que embora exista todo um maquinário, muita gente apesar dessa possibilidade de mecanização, tem uma aversão, embora não muito clara, preferindo plantar no toco, que é desmata, queima e planta. (Carlos Guedes, advogado do MST/PA, entrevistado em julho/1999)

---

[24] Geraldo Silva, entrevista realizada em julho de 1999.

[25] A proposta de cooperativas de Produção Agropecuária, pelo MST, "considera que é necessário (...) romper com as formas artesanais de produção, baseada na divisão natural do trabalho..." (trabalho camponês) e os "(...) seus

Nestas falas se explicita a diversidade cultural agrícola como um dos elementos importantes para compreendermos esta objeção ao trabalho cooperado, coletivo. Verifiquei, em visita aos lotes, que o projeto da pecuária leiteira era o que mais despertava conflitos nos núcleos. As preocupações variavam desde a divisão futura do arame das cercas até o dinheiro para a construção do curral, já que este ficaria num só lote.

Recentemente foi criada uma associação de mulheres, que tem por objetivo a inserção e a valorização da presença da mulher na dinâmica produtiva e organizativa do assentamento. No início de 2000, a associação contava com 66 associadas e esperava por um financiamento para começarem o seu primeiro projeto, qual seja, montar um ateliê para produção de roupas (peças íntimas). Além disso, tinham planos de construir uma creche.

À GUISA DE CONCLUSÃO: E A VIDA CONTINUA...

Sem dúvida, pode-se pensar a luta pela terra e os assentamentos rurais no Sudeste paraense a partir da perspectiva antes e depois da gênese e formação do MST na região. Antes, a fertilidade da atuação política das organizações se limitava à ocupação da terra, uma vez que a sua conquista não era acompanhada das benesses que garantiriam a sua ocupação permanente e efetiva. Pode-se dizer que a ausência de infra-estruturas básicas nos assentamentos, bem como saúde e educação, foi durante muito tempo o grande vilão para a efetivação da terra permanente, em detrimento da terra provisória. Contudo, parar por aí seria perder de vista o caminho percorrido ao longo dessa história de luta e o caminho a percorrer, o qual ainda está por fazer-se. Indiscutivelmente, a questão primeira hoje se trata da luta na terra e, neste ponto, chegamos ao diferencial, o depois do MST. Destaca-se aqui o processo acampamento/assentamento como este elemento diferencial que homogeneiza os interesses, cria identidades e transcende os limites da terra provisória. É neste processo que se gesta os instrumentos de reivindicação e, talvez, de posterior conquista dos equipamentos básicos que garantem a real efetivação deste território. Enfim, a conquista efetiva da terra é resultado dos elementos associativos e dissociativos que são criados e recriados numa dinâmica fértil de conflitos e enfrentamentos. Estes, por sua vez, têm garantido o diálogo possível - permita-me o trocadilho com o título do mais recente livro de José de Sousa Martins sobre a Reforma Agrária – entre instituições públicas e os "homens de carne e osso", que

---

vícios e comportamentos ideológicos", alcançando o que denominam "Consciência Organizativa Empresarial". Baseia-se na Teoria das Organizações, que supõe a racionalização das relações entre os assentados. Estas consideram que o camponês é "individualista", sua atitude "isolacionista", aparentemente "reacionária à associação" está vinculada "à estrutura do processo produtivo em que está envolvido o camponês, o que determina muito de suas atitudes e traços de seus comportamento ideológico no momento em que participa dentro do grupo social". Simonetti (1999, p. 135)

cotidianamente estão construindo a luta pela/na terra. No que concerne ao pesquisador, é somente por meio de um trabalho como este, resultado de uma pesquisa de campo minuciosa, numa perspectiva etnográfica, que podemos deslindar elementos sócio-culturais que estão imbricados na disputa de poder em torno da terra.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALMEIDA, A. W. B. *Carajás:* a guerra dos mapas. Belém: Seminário, 1995.

MACEDO, C. O. *Ilhas de reforma Agrária no oceano do latifúndio:* a luta pela terra no Assentamento 17 de Abril (Pa). São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado) – FFLCH, Universidade de São Paulo.

MARTINS, J. S. *Caminhada no chão da noite*. São Paulo: Hucitec, 1989.

MUSUMECI, L. *O mito da terra liberta*. São Paulo: Vértice / Revista dos Tribunais / ANPOCS, 1988.

RELATÓRIO *Lumiar*. Marabá-Pa: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 1998.

OLIVEIRA, A .U. *Agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1990.

SADER, M. R. *Espaço e luta no Bico do Papagaio*. São Paulo, 1986. Tese (Doutorado) – FFLCH, Universidade de São Paulo.

SIMONETTI, M. C. L. *A longa caminhada:* a (re)construção do território camponês em Promissão. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado) – FFLCH, Universidade de São Paulo.

VELHO, O. G. *Frentes de expansão e estrutura agrária:* estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. *O trabalho da terra:* a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1996.

Abstract: *This paper is the result of a research developed in "17 de Abril" Settlement, in the state of Pará, and presents the study of inside organization of the rural workers in the referred settlement, region formerly occupied by a landless encampment and target of the disastrous "Eldorado dos Carajás" slaughter. Turning the page of this conflict and considering the more general and embracing process of the struggle for land in Brazil, this study points to the continuity of the land conquest in the same place, concerning now the struggle in land. The analysis is turned basically to the dynamics and strategies of the settled group organization, as well to the vindication of agricultural incentives, supporting the settlement's economic feasibility, political joint though the structuring of an agrarian reform project and, at last, the (re)construction of the peasant territory.*

Keywords: *Peasant; Territory; Experience; Struggle for Land; Way of Life*